

## RELGES 2022

IDENTIFICAÇÃO: CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO/ES

EXERCÍCIO: 2022

### 1 – INTRODUÇÃO:

Este documento, denominado Relatório de Gestão ou RELGES, relata e analisa os principais atos e fatos de natureza orçamentária, financeira, fiscal, operacional e patrimonial da Câmara Municipal de Castelo, Espírito Santo, no exercício de 2022, com o objetivo de integrar as contas anuais do Poder Legislativo.

### 2 – FUNDAMENTO NORMATIVO:

O fundamento normativo deste relatório é o artigo 137, II, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado - Resolução TCE/ES nº 261/2013, e suas modificações posteriores, determinando que a partir do exercício de 2013, inclusive, as contas do Legislativo fossem acompanhadas do RELGES.

### 3 – FINALIDADES:

Em linhas gerais o artigo 3º, inciso VIII, da Instrução Normativa TCE/ES nº 43/2017 conceitua o RELGES como sendo

*“(...) relatório contendo informações de natureza orçamentária, financeira, operacional, patrimonial e de gestão fiscal, organizado de forma a permitir uma visão sistêmica do desempenho do governo ou da conformidade e desempenho dos atos de gestão praticados pelos responsáveis por uma ou mais unidades jurisdicionadas”*

A segunda parte do dispositivo esclarece a sua principal finalidade: *“permitir uma visão sistêmica do desempenho do governo ou da conformidade e desempenho dos atos de gestão praticados pelos responsáveis.”*

Mais do que isso o RELGES, além de relatar e expor os fatos do passado, dando uma visão sistêmica da administração num determinado período, pode servir de base para orientar e auxiliar a tomada de decisões futuras, objetivando o aperfeiçoamento da gestão pública e o atendimento aos princípios constitucionais que regem a Administração, notadamente o da eficiência, sendo estas as diretrizes que orientaram este trabalho.

#### **4 – ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS:**

A elaboração da Lei Orçamentária Anual do exercício de 2022 iniciou-se com a aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Municipal nº 4.084, de 10/08/2021, onde foram traçadas as diretrizes gerais para o orçamento municipal, incluindo o da Câmara.

Tais aspirações consubstanciaram-se na Lei Orçamentária Anual, Lei nº 4.115, de 14/12/2021, destinando à Câmara R\$ 5.034.469,14 para o exercício de 2022, equivalentes a 4,39% do orçamento geral do Município de Castelo, que naquele exercício foi estimado em R\$ 114.628.624,00.

Isso representou, em relação ao exercício de 2021, um aumento de R\$ 187.290,90, ou 3,86%, considerando que a previsão orçamentária da Câmara para 2021 foi de R\$ 4.847.178,24, ou 4,68% do total do orçamento geral do Município, naquele exercício estimado em R\$ 103.473.000,00.

E mesmo que o aumento percentual da receita, equivalente a 3,86%, não tenha sido tão grande quanto foi de 2020 para 2021, que registrou aumento de 13,31%, o incremento foi suficiente para o Legislativo cumprir adequadamente suas metas e promover a execução de seus projetos e ações, conseguindo honrar todos os seus compromissos com agentes públicos e fornecedores, sobrando ainda recursos financeiros, sem registrar,

finalmente, qualquer dívida capaz de comprometer sua capacidade<sup>3</sup> financeira e orçamentária.

Para o exercício de 2023 o orçamento da Câmara foi fixado em R\$ 7.406.220,50, equivalente a 4,32% do orçamento geral do Município - Lei nº 4.219, de 30/11/2022, estimado no total de R\$ 171.342.000,00, representando um acréscimo de R\$ 2.371.751,36 em relação ao exercício de 2022, equivalentes a 47,11%, maior percentual de aumento apurado desde 2013 e possivelmente o maior percentual de aumento já observado em todos os tempos, o que certamente permitirá cumprir sem percalços os compromissos do Legislativo.

A tabela abaixo demonstra as evoluções orçamentárias nos exercícios de 2013 a 2023:

Exercício	Orçamento Municipal (R\$)	Orçamento da Câmara (R\$)	Percentual Orçamento Municipal	Diferença Exercício Anterior (R\$)	Diferença Exercício Anterior
2013	75.997.000,00	2.942.905,97	3,87%	-	-
2014	91.496.800,00	2.948.127,00	3,23%	+ 5.221,03	+ 0,17%
2015	91.120.000,00	3.103.127,00	3,41%	+ 155.000,00	+ 5,25%
2016	88.432.971,79	3.496.000,00	3,95%	+ 392.873,00	+ 12,66%
2017	79.692.100,00	3.710.000,00	4,66%	+ 214.000,00	+ 6,12%
2018	84.700.000,00	3.847.000,00	4,54%	+ 137.000,00	+ 3,69%
2019	97.569.085,00	3.974.573,56	4,07%	+ 127.573,56	+ 3,31%
2020	105.520.000,00	4.277.714,70	4,05%	+ 303.141,14	+ 7,62%

2021	103.473.000,0 0	4.847.178,24	4,68%	+ 569.463,54	+ 13,31%
2022	114.628.624,0 0	5.034.469,14	4,39%	+ 187.290,90	+ 3,86%
2023	171.342.000,0 0	7.406.220,50	4,32%	+ 2.371.751,36	+ 47,11%

4

## 5 – ASPECTOS FINANCEIROS:

No aspecto financeiro não houve grandes inovações no exercício de 2022.

Em 2013, com o aumento do número de vereadores e do valor dos subsídios, as despesas com os edis aumentaram em 91,29% em relação à legislatura anterior (2009-2012), nada que, no entanto, tenha comprometido as finanças da Câmara nos exercícios de 2013 a 2016.

Já no exercício de 2021, primeiro ano da legislatura vigente, o investimento com subsídio também aumentou: se até o mandato encerrado em 2020 o valor do subsídio dos vereadores era de R\$ 4.900,00 (Lei Municipal nº 3.272/2012) a partir de 1º de janeiro de 2021 passou a ser de R\$ 6.900,00 mensais, conforme disposto na Lei Municipal nº 3.884, de 25 de abril de 2019, norma que assegurou aos edis, igualmente, o pagamento de 13º salário e 1/3 de férias.

O impacto de tal medida, anualmente, é de R\$ 372.320,00, já incluído o 13º e as contribuições sociais, o que entretanto foi absorvido com suficiência pelo aumento da arrecadação e pelo equilíbrio nos gastos do Legislativo já que as despesas com pessoal totalizaram 2,21% da receita corrente líquida em 2022, contra 2,54% no exercício de 2021, redução sensível que

demonstra que as despesas dessa natureza estão sendo parcimoniosas e<sup>5</sup> conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Importante salientar que tal redução foi observada em 2022 mesmo que algumas ações tenham sido implementadas no sentido de aumentar os investimentos em matéria de pessoal, podendo citar como exemplo a concessão de reajuste de 7,70% a todo o quadro de servidores da Câmara (Lei nº 4.139, de 07/04/2022 - impacto em 2022 estimado em R\$ 90.211,16), reajuste de 44,44% aos vencimentos do cargo de Assessor Técnico Contábil (Lei nº 4.157, de 09/06/2022 – impacto em 2022 estimado em R\$ 6.235,60), implementação de gratificações por graduação variando de 10% a 25% (Lei nº 4.157, de 09/06/2022 – impacto em 2022 estimado em R\$ 13.851,40), aumento de 30,77% aos vencimentos do cargo de Chefe de Departamento de Gestão e Serviços Gerais (Lei nº 4.164, de 27/06/2022 – impacto em 2022 estimado de R\$ 6.259,02) e abono de R\$ 1.000,00 em parcela única no mês de dezembro de 2022 (Lei nº 4.229, de 19/12/2022 – impacto estimado de R\$ 54.450,00).

Nota-se que as medidas implementadas, cujo impacto total soma R\$ 171.007,18, não tiveram reflexos relevantes na majoração das despesas, tanto que elas tiveram uma redução de 12,99% relativamente ao exercício de anterior, sendo observado ao longo dos anos uma sensível redução nas despesas totais com pessoal: em 2022 o percentual foi de 2,21% da receita corrente líquida do Município contra 2,54% em 2021, 2,41% em 2020, 2,61% em 2019, 2,87% em 2018 e 2,97% em 2017, sendo então 2022 o menor patamar percentual dos últimos cinco anos.

Dessa forma o incremento da despesa não afetou a tendência ao cumprimento dos limites legais e constitucionais pelo Legislativo, tal como observado nos exercícios anteriores, o que é reforçado pela constatação de que no exercício de 2022, antes mesmo do seu encerramento, a Câmara restituiu aos cofres do Executivo R\$ 670.670,17 em recursos financeiros,

demonstrando controle e equilíbrio nos gastos pois conseguiu cumprir<sup>6</sup> todas as suas obrigações financeiras com servidores, vereadores e fornecedores e ainda economizou e devolveu recursos.

## **6 – ASPECTOS OPERACIONAIS:**

Ao longo de 2022 a Câmara procurou munir-se dos instrumentos necessários para atender suas demandas e cumprir suas finalidades.

Foram celebrados, como nos exercícios anteriores, os contratos ordinariamente feitos, que envolvem os setores de publicidade e comunicação (precipuaemente rádio e jornal impresso) e administrativos, que incluem contratos para fornecimento de cópias reprográficas, materiais de consumo (papéis e combustível) além dos serviços de filmagem e transmissão online das sessões, sendo digno de registro outras três contratações que se fizeram necessárias no exercício, a de aparelhos de ar-condicionado, de um veículo novo e de serviços para reforma do prédio-sede, investimentos que foram suficientemente comportados pelo orçamento.

Quanto à execução dos serviços é importante salientar os esforços no sentido de implementar os preceitos dos novos sistemas e procedimentos adotados pelo Poder Legislativo, em especial aqueles relativos ao registro e remessa dos dados de contratações ao Tribunal de Contas do Estado e aqueles relativos ao programa de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas do Governo Federal (eSocial), o que fez com que servidores e órgãos do Legislativo tivessem que aumentar o seu conhecimento na matéria para cumprir as novas exigências normativas, antevendo-se que o marco obrigatório da nova Lei de Licitações e Contratos, previsto para 1º de abril próximo, também ocasionará mudanças relevantes nos procedimentos e serviços da Câmara.

Do mesmo modo deve ser pensada a implementação de medidas para suprir, no campo prático, as demandas de setores como almoxarifado e patrimônio, além das demandas dos servidores que atuarão na execução e controle das aquisições baseadas na nova Lei de Licitações e Contratos.

## **7 – ASPECTOS PATRIMONIAIS:**

O ano de 2022 registrou sensíveis mudanças no acervo patrimonial da Câmara.

Ela é detentora de apenas um imóvel, qual seja, o de nº 118 da Av. Getúlio Vargas, Bairro Baixa Itália, Município de Castelo, ES, o qual lhe serve de sede.

Quanto aos móveis, os existentes sofreram as depreciações ordinárias, sem haver, no entanto, nenhum tipo de bem cujo desgaste, pelo seu uso ou outro fator determinante, tenha sido extraordinariamente alto.

Destaque para a aquisição de um veículo novo para o Poder Legislativo, o Hyundai New HB20S sedan branco, eis que o antigo foi adquirido em junho de 2014 e quando foi alienado ao Poder Executivo, em maio de 2022, já tinha 320.847km rodados e alto custo de manutenção.

Outra aquisição relevante foram cinco aparelhos de ar-condicionado para o plenário e outros ambientes, eis que alguns deles já tinham mais de 10 anos de uso e vinham apresentando defeitos recorrentes, registrando por último a contratação de empresa para efetuar a reforma de diversos pontos da Câmara, notadamente o plenário, sua fachada principal e parte do telhado, que sofre com infiltrações recorrentes, aquisições que se mostraram estritamente necessárias para que as atividades do Poder Legislativo pudessem ser continuadas sem percalços.

Para 2023 algumas ações mostram-se pertinentes sendo uma delas a<sup>8</sup> aquisição de novos equipamentos de informática (hardware), notadamente microcomputadores, notebooks, nobreaks, impressoras e outros, com o objetivo de substituir boa parte dos equipamentos atualmente em uso, que são antigos, obsoletos e utilizam componentes de hardware e software ultrapassados, o que faz com que a demanda por manutenção seja alta e em muitos casos até inviável.

## **8 – ASPECTOS FISCAIS:**

Este relatório abordou os aspectos orçamentário e financeiro da Câmara, apontando receitas e despesas e a evolução desses elementos ao longo do exercício passado.

Considerando que o Poder Legislativo tem como fonte exclusiva de receita os repasses dos duodécimos pela Prefeitura e que por tal motivo nenhuma medida administrativa resultará no aumento da sua receita, as únicas ações adotadas foram e serão aquelas que objetivam a austeridade nas contas públicas, aplicando a economicidade na execução dos recursos como meio de obter equilíbrio entre receitas e despesas, o que, até o momento, vem surtindo o efeito desejado.

Neste aspecto o desempenho da Câmara pode ser considerado bom, pois, além de cumprir todos os seus encargos com pessoal e fornecedores, ainda conseguiu devolver recursos financeiros à Prefeitura em 2022, considerando que em 2023, dependendo das ações administrativas a serem implementadas, o panorama de economia deve continuar, ainda mais porque o orçamento do Legislativo foi reajustado em 47,11%, muito superior à média inflacionária e às previsões de despesas estimadas.

## **9 – CONCLUSÃO:**



Após a breve explanação concluímos que o ano de 2022 foi marcado pela<sup>9</sup> constante atuação legislativa e administrativa da Câmara Municipal de Castelo, que buscou a realização de suas atividades e projetos como meio de cumprir suas finalidades institucionais, sem colocar em risco, por outro lado, a sua capacidade financeira, orçamentária e fiscal.

Mais que analisar os atos e fatos do passado, noutros momentos foram apresentadas sugestões, eis que o planejamento das ações conduzirá, certamente, a uma melhor aplicação dos recursos, permitindo alcançar economia e eficiência no serviço público em favor da austeridade e do equilíbrio fiscal.

Este relatório não tem pretensão de ser exauriente, já que a matéria é ampla, variável e comporta inúmeras interpretações, devendo registrar que seu principal objetivo é demonstrar, de maneira clara e sucinta, os principais aspectos do Poder Legislativo, não só para permitir uma análise sistêmica desses atos, e a possibilidade de cotejá-los com outros, mas para ajudar no crescimento da Câmara e do Município de Castelo, apontando as possíveis imperfeições e acertos daquilo que foi analisado, sempre em prol do direito, do interesse público e do bem comum, esperando que todos os gestores e responsáveis continuem a refletir este importante pensamento.

Castelo, ES, 1º de março de 2023.

**FELIPE SCABELLO SILVA**

Secretário de Administração